

A FORMAÇÃO DA TERRITÓRIADE NAS ÁREAS DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Sidiney Alves Costa¹

UESB/BA – PPGE/UFSCar - GEPEC/UFSCar

sidineycosta@yahoo.com.br

Luiz Bezerra Neto²

CECH/UFSCar – PPGE/UFSCar - GEPEC - UFSCar

lbezerra@ufscar.br

O artigo aborda a nova territorialidade criada pelo assentamento como forma de ocupação do espaço brasileiro pelos sujeitos da luta pela terra. Busca compreender como a ocupação da terra determina uma nova forma de divisão do espaço e distribuição desse meio de produção. Essa nova territorialidade exigiu reconhecer o processo de ocupação e seus sujeitos como componente significativo dos diferentes processos. Na tentativa de reencontro com o passado, seus sujeitos surgiram na sociedade como sem-terra. Por meio dessa luta, o MST procura imprimir simbolicamente a ligação dos Sem Terra por meio da sua linguagem, sua simbologia e suas práticas nas teias de relações desde o acampamento até o assentamento. Neste sentido, relacionar a questão da territorialidade com a luta propicia visualizar a dimensão social da luta e desmistificar dimensões das relações de poder, bem como fornece os elementos da espacialidade, as ferramentas estabelecer as relações dos indivíduos, apoiadas em referências de rupturas, contradições e visões sobre a terra. Porém, os assentamentos conquistados como espaço de promoção dos direitos de cidadania possuem especificidades não descoladas da totalidade, mas subordinadas às especificidades e aos contextos das condições objetivas do capitalismo.

Introdução

¹ Graduado em Ciências Sociais, Mestre em Educação, Doutorando em Educação pelo PPGE/UFSCar, professor do DFCH/UESB, membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Educação do Campo - GEPEC/UFSCar.

² Doutor em Educação pela Unicamp, Professor do Departamento de Educação e do PPPGE/UFSCar, coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo - GEPEC/UFSCar.

Discutir a nova territorialidade do Brasil significa compreender as novas formas de ocupação do espaço brasileiro através das lutas empreendidas pelos movimentos sociais que atuam no campo e que, ao ocupar a terra determinam uma nova forma de divisão do espaço e distribuição desse importante meio de produção. Esta nova configuração só pode ser entendida se não ignorarmos os sujeitos da luta pela terra.

Estes sujeitos veem nesta a possibilidade de alimentar o seu enraizamento no mundo, pois quando apartados da terra, passam por rupturas que desarticulam parte deste enraizamento. A solução encontrada para recuperar esta ligação foi entrar coletivamente na terra que não cumprisse a função social. Nesta tentativa de reencontro com o passado, estes sujeitos surgiram na sociedade como sem-terra, como personagens que introduziram a ocupação como forma de recuperar sua vivência na terra.

Os participantes da tentativa de reatar sua ligação com a terra, por meio de uma ocupação de terra, passaram por diferentes tipos de ligação com a terra e requereram justificativas para sua identificação com ela e, na maioria das vezes, para a sua própria existência. Por isso, compreender a nova territorialidade, que emergiu nesse processo de luta pela terra, exigiu reconhecer este processo como componente significativo dos diferentes personagens dessa luta pela terra.

O Acampamento no processo de construção da nova territorialidade

Todo acampamento de luta pela terra teve sua origem com a ocupação da terra. Por meio dele os indivíduos dispersos e socialmente excluídos foram alçados ao seio da sociedade como sujeitos coletivos da luta pela terra. Os inexistentes aos olhos da sociedade teimosamente surgiram como demandantes de reforma agrária.

Acampamento possibilitou/a localizar esses sujeitos unidos no território, definiu o lugar no qual se nasceu e se pertenceu³ na história da luta. Lugar determinado pela luta coletiva, que serviu de rito inicial desses lutadores. A partir dele nasceram

como sem-terra perante a si, os demais sem-terra e a sociedade. O acampamento surgiu como porção do território do processo de novo enraizamento.

Conforme Zilá Mesquita, que recorre à M. Chenais e Y. Barel, o território é o espaço de um sistema social no interior do qual uma prática social se sabe ou se crê eficaz, competente e legítima. Este necessita ser apropriado concretamente ou abstratamente e, portanto, receber atributos de valores. O território designa, assim, um espaço de relações de poder para a existência humana (MESQUITA, 1995). O acampamento surgiu então como parcela do território apropriado concretamente para ação coletiva de luta pela terra.

Contrariamente ao que se imagina a ocupação não se realiza às cegas, por um ato de baderna, mas por vontade coletiva e organizada de um grupo de famílias. O que exige disposição, mobilização, organização e, sobretudo, maturidade para romper os sentimentos contraditórios que a permeiam.

Os camponeses expressaram sentimentos e condutas repletas de ambigüidade: força e medo, unidade e solidão, certezas e dúvidas, vive a insegurança, mas pratica a solidariedade (...) daí a luta pela conquista da terra transformar-se-á numa questão de vida e morte (DAMASCENO, 1993, p. 64).

A prática social de ocupação, escolhida por seus membros como instrumento eficaz, também serviu para dar visibilidade a uma parcela significativa dos que lutam pela terra junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, sujeitos que se autodenominam Sem Terra, cujas experiências fornecem os elementos para a construção deste texto. Sem Terra, com letras maiúsculas e sem hífen é o nome próprio que identifica os sem-terra do MST. A expressão 'sem-terra' indica a categoria social dos trabalhadores e trabalhadoras do campo que não tem terra e que passam a requerê-la como direito. (CALDART, 2000, p. 142).

A realização da ocupação originou o acampamento e desencadeou necessidade de dar-lhe *forma e estrutura* - espacialidade. Enquanto forma primária de espacialidade,

³Conforme SILVA (1986, p. 29), a categoria lugar define um espaço determinado e suas relações. A fixação no lugar expressa a região de nascimento e pertencimento.

o acampamento que tiver por base as experiências dos Sem Terra designa a espacialidade do MST. Consequentemente, a ação para realizar a espacialidade, sobretudo de espalhá-la por diferentes porções do território configura a espacialização do MST (FERNANDES, 1996).

Enquanto a espacialidade forneceu os elementos da forma e estrutura de organização, a espacialização exigiu o fornecimento de um corpo de pessoas já experimentadas – militantes – para executar a forma de organização do MST no novo acampamento. Nesse sentido, o ato de acampar é uma forma aprimorar a organização, pelos diferentes espaços, do próprio MST.

O acampamento torna-se, portanto, o espaço político que pode desencadear o processo de conquista do assentamento. Quando a experiência de acampamento é vitoriosa os membros, que resistiram a dura vida de acampado, por muitos meses ou até vários anos, são assentados. Pode ocorrer de conquistarem uma área de terra que não é suficiente para todos. É realizado o sorteio entre os membros. Quanto aos não sorteados: desistem da luta; permanecem acampados em uma parte da área recém conquistada; se juntam à outros acampados, em outros locais; realizam uma nova ocupação com outros, que estão se preparando para entrar na terra. O mesmo procedimento é adotado quando os acampados são forçados a abandonar a área ocupada antes do despejo ou quando são despejados violentamente.

A luta pela terra uniu sujeitos com múltiplas rupturas em suas vidas. De acordo com Whitaker e Fiamengue (1995, p. 45) “as variações [das rupturas] são inúmeras, mas o processo é sempre marcado pelas rupturas. E mais, a raiz é sempre rural”. As rupturas vividas por estes sujeitos durante toda a sua vida promovem desarticulações culturais ou desenraizamentos. Portanto, entrar na luta por meio da ocupação é o início do processo que pode permite romper com a fragmentação e iniciar a reconstrução cultural.

A vida no acampamento projeta para seus membros a possibilidade de re-viver, no assentamento, a territorialidade enquanto “componente e amálgama” de um vivência no espaço semiologizado. Entre os componentes da territorialidade está provável classificação das instituições e dos modos de viver entre nossos e deles. A territorialidade permite compreender o acampamento como base a partir do qual o

humano pode expressar sua consciência ou projetá-la sob a forma de significado, por meio da imagem, da linguagem, de signos e de códigos, enfim por meio da sociabilidade e da socialização (MESQUITA, 1995).

Maria de Lourdes Bandeira (1988), tratou a territorialidade como relação do homem com um território cheio de significados e de possibilidades de significação, no qual é possível focalizar não só a influência do território na formação e reconstrução dos significados da terra, mas visualizar a reelaboração da identificação com os diferentes significados da terra.

Já o conceito de territorialização designa a conquista de frações de um território o qual se maneja favoravelmente. Neste sentido, a territorialização da luta pela terra é um “processo de conquistas de frações do território” pelos Movimentos Sociais e “expressa concretamente o resultado das conquistas da luta e, ao mesmo tempo, apresenta os novos desafios a superar” (FERNANDES, 1996, p. 225 – 42).

O acampamento dá lugar à vivências e construções subjetivas de seus membros. Vivências e construções que, muitas vezes, têm como parâmetro as relações construídas no limite das relações familiares passadas, mas que agora podem ser refeitas. O refazer da sociabilidade iniciado no acampamento, entre sujeitos que têm o mesmo objetivo de conquistar a terra, mas sem uma simetria de valores, de trajetórias de vida e de concepções sobre a terra, é completado com a conquista do assentamento.

A luta pela terra e a compreensão dos sentidos dados à terra

Ao iniciar a luta, os sujeitos geralmente possuem uma experiência passada pessoal ou familiar de ligação com a terra. Eles expõem o que pensam fazer com a terra que conquistarão e, ao mesmo tempo, expressam concepções a respeito dela. Acreditam poder dispor do mesmo modo que no passado da fração do território que conquistarão ou, no limite, conforme seus antepassados próximos ou distantes. Pensam poder voltar ao passado.

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. (SANTOS, 1992, p. 97).

Durante a fase de acampamento a concepção individual ou da família e até mesmo do grupo de acampado sobre a terra colide com a sua dimensão social, política e legal enquanto propriedade privada, propriedade estatal ou terra ilegalmente apropriada – terra grilada, devoluta ou pública, geralmente revestidas de caráter legal. A ocupação revela-se uma contestação dessas formas de propriedade, mas não tem o sentido da luta de classe para a sua superação, no sentido marxista. Esta forma particular de contestação da propriedade se torna fundamental para introduzir os acampados na sociedade como sujeitos que levantam a bandeira política da reforma agrária. No entanto, para a perspectiva conservadora, passam a expor os sujeitos que existem no limite do que é considerado legal e legítimo.

A partir de uma ocupação, o grupo que demanda terra de reforma agrária não mais se firmará exclusivamente por uma ligação com a terra como “seu pedaço da natureza”, a organização social cobra uma força política pelo pedaço de terra, por isso os sujeitos precisam demonstrar a capacidade de seus membros de conduzirem sua ação na direção da conquista de apoio social e político para a sua causa.

Atuando intencionalmente neste sentido, os militantes do movimento procuram fazer do acampamento um *locus* onde são estimulados os valores adquiridos no jeito de praticar a luta pela terra. A militância também procura desenvolver junto aos acampados a idéia de que o acampamento deve ser visto como algo que tem um passado compartilhado de lutas e vitórias. Que o novo grupo – novo acampamento- deve ser orientado pelas experiências e representações dos lutadores do passado.

Com a expectativa de recriar as experiências passadas, os militantes do movimento se deslocam de uma ocupação para outra ou de um assentamento para uma ocupação “carregando suas experiências por diferentes lugares do território”. Os

deslocamentos dos militantes realizam a espacialização do MST, num constante re-fazer-se da construção do MST (FERNANDES, 1996, p. 225-230).

Com isso, a perspectiva política do acampamento é amalgamada, agora, com a perspectiva social, a ocupação constrói uma plataforma de luta e de vivência. A vivência coletiva permite a união dos lutadores, mas a luta traduz o conflito e traz à tona o invólucro que reveste a propriedade privada da terra na sociedade brasileira. A luta pela terra ganha agora o outro elemento da organização social, a questão da legalidade.

A luta pela terra mobiliza assim, até aqui, conjuntamente, a visão sobre a terra, a questão social, a questão política e a questão legal. Mas, é no campo ideológico que ela é visível à maioria da sociedade. De um lado, a luta permite denunciar a contradição que há no fato de existir tanta terra sem gente e tanta gente sem-terra. De outro lado, os latifundiários se apressam em mobilizar seus jagunços, a imprensa, o poder judiciário e o poder político contra os “baderneiros”⁴ que ocuparam “sua” fazenda.

Este apresenta a Constituição contra os que eles julgam desrespeitam o “sagrado” direito de propriedade – um direito que os proprietários e pretensos proprietários (como os grileiros de terra e os ocupantes de terras públicas) julgam mais sagrado do que o art. 184, que submete a propriedade aos interesses da sociedade, por meio da “função social da terra”.

O acampamento faz desabrochar as relações de conflitos na sociedade. A classe dominante vê a ocupação como uma afronta à democracia e aos direitos constitucionais. Na verdade, o discurso democrático e a defesa da constituição são os recursos ideológicos da classe dominante para defender a propriedade privada como um direito sagrado, fazendo de seu interesse particular um interesse de toda sociedade – a defesa da democracia e da constituição. O conflito desencadeado pelas ações de ocupação dos Sem Terra faz com que as classes dominantes e os detentores do poder manifestem todo seu ódio histórico para com a população pobre e simples. Para isto, tentam descaracterizar suas ações, utilizam as Polícias Federal e militar para prender, intimidar e incriminar as lideranças e divulgam notícias tendenciosas na imprensa.

⁴ Revista Veja ano 33, 10 de maio de 2000; ano 31, 3 de junho de 1998.

A luta pelo assentamento permite visualizar sentido político do território como *locus* da existência do Estado (no qual se projetam relações de fronteiras dos recursos e fronteiras militares ou políticas) e como *locus* da luta de classe (espaço coletivamente selecionado para a questão econômica e estrutural da sociedade). No entanto, a luta pela terra mobiliza fragmentos da luta de classe (questões ideológicas, legais, sociais, políticas) mas não caracteriza a luta de classe.

Na interpretação de Stedile e Fernandes, o assentamento, enquanto uma base social camponesa, transformou a luta pela reforma agrária em parte da luta de classes:

muita gente, tanto pela direita quanto pela esquerda, não consegue fazer uma interpretação correta desse caráter político do movimento. Simplificam com facilidade o componente político (STEDILE e FERNANDES, 1999, p. 36).

Porém, definir os sujeitos da luta pela terra como fração de classe encontra limites conceituais, sobre os quais as ciências humanas devem continuar se debruçando, por isso não iremos aprofundar a questão.

Os sujeitos que participam da luta pela terra projetam uma visão a respeito da terra: seu pedaço de natureza. Esta visão leva em conta uma ligação própria ou familiar com a terra no passado, a relação atual (definido pela condição social de sem a terra) e o possível (ser um assentado). No acampamento e no assentamento essas experiências e noções a respeito da terra passaram por interações⁵ complexas. São espaços de resistências e de fronteiras entre o sonho e a realidade que irão transformar a ligação tradicional com a terra em novo espaço.

A recomposição do espaço é um processo que “está presente no cotidiano das relações dos homens com o seu espaço, através de mudanças rotineiras ou etapas críticas em que estas rotinas são subvertidas” (SAWAYA, 1992, p. 89).

Dentro do acampamento suas relações permitem diferentes formas e tipos de reconhecimento do mundo e de si mesmo. Os acampamentos, as marchas e outras

formas de protestos são instrumentos de ação política e formas de interlocução com a sociedade e que, ao mesmo tempo, desvendam simbolismos e ideologias ligadas ao espaço.

O acampamento, por fim, é um espaço a partir do qual o assentamento é constituído. A luta dos trabalhadores começa a se concretizar no assentamento – conquista de uma fazenda ou parte dela.

O assentamento no processo de construção da nova territorialidade

O assentamento vai além da simples fixação sobre uma área de terra chancelada pelas autoridades e delimitada por uma medida em hectares. Do ponto de vista político, o assentamento é um território político e uma base para continuar a luta pela terra e pela reforma agrária.

É o espaço que serve de suporte para que o grupo comece a organizar a espacialidade, ou seja, estabelecer uma forma e uma estrutura de produção do alimento e de construção da morada no espaço conquistado. A partir da conquista os agora assentados precisam se apropriar concretamente desta fração do território, contruindo sua forma de organizar as pessoas nele.

Deste momento em diante, o governo os considera assentados, portadores de lote de terra de assentamento da reforma agrária, ou seja, com-terra. Por isso, procura intervir nele com crédito e com a exigência de produtividade. O mercado procura interferir direcionando as demandas de produtos a serem produzidos. E uma parcela dos fazendeiros veem agora os assentados como mão de obra temporária e temporã.

O movimento procura influenciar o território conquistado para instaurar um sistema de linguagens e de códigos (territorialidade) que permita enraizar alguns atributos e valores que o diferencie daqueles que o governo ou outros grupos instauram.

Neste sentido, além de ser o lugar de ter raiz e vizinhança, compartilhar relações e objetivos, o assentamento é um espaço contraditório permeado por interesses

⁵“as mentalidades face ao espaço são uma seqüência de conhecimentos em mutação”. (REYNAUD, 1992,

sociais e subjetivos, que ora possibilita ora repele a construção ou reprodução da espacialidade e da territorialidade, baseados em valores ora coletivos ora individuais.

Mas uma coisa é certa, a concepção sobre a terra enquanto “meu pedaço da natureza” - jeito de trabalhar e viver passados - vai sofrer diferentes embates fazendo com que os participantes façam a recomposição do espaço projetado ao entrar na luta. Não é por acaso que se diz que o assentamento de reforma agrária inaugura uma nova realidade socioterritorial no Brasil⁶.

O novo enraizamento exige reconstruir a vida na terra, controlar os espaços sociais de atuação, relacionar os saberes passados com os conhecimentos adquiridos. Dada à necessidade de uma nova forma de organização e reprodução da vida, a ação do MST proporcionou seu reconhecimento como um movimento social politicamente atuante no cenário nacional: “o MST constituiu-se na organização que efetivamente se consolidou como uma estrutura capaz de expressar os interesses coletivos de uma considerável parcela dos trabalhadores do campo” (TORRENS, 1994, p. 145-146.).

A dinâmica coletiva de trocas de experiências e encaminhamentos de soluções que ajuda a manter a organicidade. Para organizar suas atividades, o MST cria setores: Setor de Finanças; Setor de Frente de Massas; Setor de Comunicação; Setor de Cultura e Juventude; Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente; Setor de Gênero; Setor de Saúde; Setor de Formação; Setor de Educação etc. Há ainda o coletivo de Relações Internacionais e Direitos Humanos. O Setor de Educação é um dos principais setores de atividade produzida no interior do MST, fruto da reflexão educacional que está na origem do processo dialético de construção do próprio MST. (COSTA, 2002).

O assentamento passa a dar o suporte necessário (territorialização) para investidas conjuntas dos Sem Terra e do MST (espacialização). A formação de setores ou equipes de atividades, prática corrente nos acampamentos e nos assentamentos do MST, é o meio pelo qual os sujeitos organizam a produção e reprodução das simbolizações, das práticas e das idéias defendidas pelo movimento, o que garante uma certa identificação entre os Sem Terra.

É preciso considerar ainda, que os sujeitos que entram na luta pela terra possuem um forte laço de raiz com a mesma, quer ligação própria, quer de sua família. Seja qual for a forma desta ligação, ela toma o lugar da luta de classe e se coloca como fundamental para os que lutam pela terra. A luta caracteriza o todo do processo de conquista da terra, mas o seu móvel fundamental é a ligação dos sujeitos com a terra, a terra é seu lugar porque foi ela que primeiro os enraizou.

O *enraizamento* define o ser humano pela sua participação ativa e natural na existência de uma coletividade. Viver é, pois, fincar raiz no lugar que lhe fornece a quase totalidade da vida moral, intelectual, espiritual (GONÇALVES FILHO, 1997).

Mesmo havendo este contínuo refazer da história e, portanto, da identificação como Sem Terra, o processo de luta que tem sua expressão mais viva com a constituição do acampamento e, posteriormente, com a conquista do assentamento, que reorienta a reconstrução da imagem dos sujeitos sobre a terra. Não é a mesma a idéia sobre a terra, não é mais uma atualização, na memória, de experiências passadas. A terra é, agora, espaço de conflito e de luta.

Gradativamente, o assentamento permite cristalizar a sociabilidade, a socialização - práticas sociais duradouras. A reconstrução da ligação com a terra é favorecida no assentamento porque permite a estabilidade. E, sem estabilidade na terra, nenhuma planta sobrevive. É certo que a trajetória acidentada e abrupta dos que participam da luta pela conquista da terra não lhes arranca toda a identificação com a terra, mas pode impedir os sujeitos de enraizar a família como ocorria no passado.

Com a construção do assentamento, ocorre, por vezes, o fortalecimento das experiências de lutas e situações vividas no acampamento e, por vezes, é algo diverso do que existiu no acampamento. Porém, o que há de comum, entre outras coisas, é o fato de que a conquista do assentamento é uma condição necessária à incorporação do território na luta: o assentamento é uma marca e um reflexo na disputa pela conquista da terra e, muitas vezes, é um solo batizado com lágrimas e sangue.

⁶Sobre o assentamento como realidade espacial ver FIAMENGUE, Elis C. (1997).

Os sujeitos que conquistam a terra no assentamento também são influenciados pelo próprio espaço, pois que se desenrola no tempo/espaço e, portanto, é suscetível de conhecer variações de intensidade nas relações de poder, de modo que determina até mesmo a identificação dos membros entre si e com os demais Sem Terra. Neste sentido, a territorialidade é componente e amálgama do rural, permite aos assentados Sem Terra ocuparem-se do todo do espaço e das relações que nele ocorrem.

Apropriar-se do espaço é fundamental para os assentados recriarem o espaço e o tempo das suas relações sociais e de alteridade. A ligação com a terra, o desejo de voltar para a terra e todo o processo de luta são os elementos que constituem o elo de unidade dos Sem Terra, não a luta de classe, tal como deveria ser.

O re-significar da experiência anterior se refaz no interior das relações cotidianas. Relações moldadas pelas contradições e coesão interna, pelas idéias e símbolos, pelas místicas e práticas, que perpassam a fase de acampamento e de conquista do assentamento. Podemos dizer que a identificação como Sem Terra se “constitui e se transforma sobre um território” porque a territorialidade permite uma “atualização do passado na consciência efetiva” e uma “classificação” das instituições e modos de vida entre nossos e deles (BANDEIRA, 1988, p. 125-320).

Em outras palavras, o processo de luta, as experiências e a vivência de um tipo de territorialidade “costuram” a identificação dos Sem Terra. Esta entrada dos sem-terra no mundo real e simbólico é que dá oportunidade aos Sem Terra do MST de produzir e de comunicar sua experiência social através da mística, que envolve os gestos, os sons, os desenhos, os símbolos, a poesia, a música, a linguagem falada e a escrita. Nestas várias interações sociais, os Sem Terra produzem o sistema de significações que passa a ser usufruído e transmitido às novas gerações como conhecimento acumulado pelo grupo. Constrói-se portanto, uma seara, que fortalece o grupo, mas não contribui para desvendar as condições objetivas em que estão inseridos.

A identificação como Sem Terra se revigora cada vez que o MST age coletivamente: numa nova marcha ou ocupação; quando articula a produção, o consumo e a distribuição dos bens produzidos coletivamente ou não ou; nas disputas econômicas, legais, políticas e ideológicas. Em complexas relações, no espaço e no tempo, interações

e ações, símbolos e valores, são captados, manipulados ou (re) significados, mas sempre determinados pelas condições objetivas dominantes na sociedade (COSTA, 2004).

A espacialidade amparada em sistemas de significações e de representações apresenta agora sua forma e estrutura sobre o território do assentamento, dando vida ao processo de territorialização. A conquista do território da luta também permite a organização e a gestão do espaço do assentamento, possibilita realizar a socialização política. Segundo Milton Santos, a possibilidade de a população organizar e gerir o espaço são instrumentais a uma política de justiça social, do que ele chama de “modelo cívico - territorial” (SANTOS, 1999, p. 6).

O território é um componente da cidadania, quando atinge a todos e investe cada um com a força de se ver respeitado contra a força, em qualquer circunstância. O que permite a gestão e instrumentalização capaz de garantir a distribuição dos bens e serviços indispensáveis. Portanto, “mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania” (SANTOS, 199, p. 7).

Conclusão

O MST procura imprimir sua linguagem, sua simbologia e suas práticas nas teias de relações desde o acampamento até o assentamento. Visa socializar seu ideário político fazendo a ponte entre a ligação com a vivência na terra em épocas passadas e as novas relações, passando pela ocupação organizada terra e afirmando projetos de construção da nova vida no assentamento conquistado.

O assentamento que tem ligação com o movimento expressa simbolicamente a ligação com as maneiras de agir, principalmente, quando está presente a simbologias que o representa - a principal delas é a bandeira do MST. Quando o MST inicia uma luta que refaz o passado do próprio movimento ou quando este passado é admirado e assumido por novos grupos e a ligação a ele é mantida, o movimento territorializa-se.

O que não implica uma homogeneização dos assentados, que constituem a nova territorialidade num contínuo processo de luta contra o mais degradante dos representantes do capital, os latifundiários.

Ao relacionar a questão da territorialidade com a luta, percebemos que a possibilidade de uma vida digna pelo novo enraizamento da família na terra passa pela participação em uma ocupação. Nesta entram idosos, mulheres e crianças, o que propicia à luta pela terra uma dimensão social considerável, além de ser uma condição essencial à conquista de cidadania.

A territorialidade é, assim, uma dimensão reveladora dos aspectos das relações de poder. Ela fornece espacialidade, ou seja, fixação no espaço para moldar ou remodelar as relações dos indivíduos, apoiado em referências de rupturas, contradições, visões sobre a terra e determinações sociais.

Por fim, os assentamentos conquistados como espaço fundamental de promoção dos direitos de cidadania; opera a retomada das raízes camponesas, em que a solidariedade e o coletivo são especificidades, mas que não devem ser desconsiderada a totalidade, que subordina as especificidades e os contextos, em especial que tais pelas situações são condições objetivas determinadas pelo capitalismo.

Referências

BANDEIRA, Maria de L. *O Território Negro em Espaço Branco*. São Paulo: Editora Brasiliense/CNPq, 1988.

CALDART, Roseli Salete. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. In GENTILI, Pablo E FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.) *A Cidadania Negada política de exclusão na educação e no trabalho*. Buenos Aires/Argentina : Conclaso; ASDI., setembro, 2000, p. 125-144.

COSTA, Sidiney Alves. *Os Sem Terra e a Educação: um estudo da tentativa de implantação da Proposta Pedagógica do MST em escolas de assentamentos no Estado de São Paulo*. São Carlos: PPGE/UFSCar, 2002. (Dissertação de Mestrado – Educação).

_____. O processo de luta pela e a construção da identidade e do modo de vida dos Sem Terra. In *Retrato de Assentamentos*, 1ª ed. Araraquara: Uniara - Centro Universitário de Araraquara, p. 175 – 194.

DAMASCENO, Maria Nobre e THERRIEN, Jacques. *Educação e escola no campo*. Campinas/SP: Papirus, 1993.

FERNANDES, B. M. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIAMENGUE, Elis Cristina. *"Entre o Espaço Vivido e o Espaço Sonhado: Imagens da Infância num Assentamento de Trabalhadores Rurais"*. Araraquara/SP: FCL/UNESP, 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

GONÇALVES FILHO, José M. Olhar e Memória. In NOVAES, G. *O Olhar*, São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). *Territórios do Cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS – Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC, 1995. pp. 76 – 92.

REYNAUD, Alain. A noção de espaço em Geografia. In SANTOS, Milton e SOUZA Maria Adelia de (orgs.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 5-23.

SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. de. *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-64.

SANTOS, Milton. 1992: a redescoberta da Natureza. In. *Estudos Avançados*, vol.6, no.14, São Paulo, Jan./Abr. 1992. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>. Acesso em 25/07/2013.

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SILVA, Armando C. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In. SANTOS, Milton e SOUZA, Maria Adélia A. de. *O Espaço Interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-64.

SAWAYA, S. B. 1986. O espaço como objeto de trabalho. In MILTON, Santos e. SOUZA, Maria Adélia de Souza (orgS.). *O espaço interdisciplinar*. São Paulo: Nobel, 1986, p. 25-64.

STÉDILE, João Pedro & FERNANDES, Bernardo Monçano. *Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

TORRENS, José Carlos Sampaio. O processo de Construção das Linhas Políticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. In MEDEIROS, Leonildes, S. de. *Assentamentos Rurais*. São Paulo: Edunesp, 1994.

Veja ano 33, 10 de maio de 2000; ano 31, 3 de junho de 1998.

WHITAKER, Dulce C. A. e FIAMENGUE, Elis C. (org.). Memórias da terra: as rupturas e as novas possibilidades. In *Retratos de Assentamentos - Cadernos de Pesquisa*. Araraquara/SP: FCL/UNESP, 1995, ano II, n.2, p. 47-59.